

A era Cristovam

30 NOV 1994

CARLOS MICHILES

JORNAL DE BRASÍLIA

As eleições democráticas que deram a vitória a Cristovam Buarque se reveste de um simbolismo singular. Por ser o primeiro governo de oposição a chegar ao poder executivo, enfrentando uma santa tríplice aliança: a popularidade de Roriz, o aparelho administrativo do governo e o poder econômico.

Desde 1977, quando se organizou o primeiro comitê pró-representação política no DF que a idéia de se construir um futuro de democracia plena e de justiça social, em que a sociedade esteja à frente dos interesses dos ocupantes do governo, vem sendo alvo dos sonhos da gente nativa desta terra brasiliense.

Mas, desde os anos 60, Brasília vem sendo administrada por sucessivos governos impostos. Somente a partir de 1991 teve seu primeiro governador eleito de forma legal e legítima, segundo os parâmetros da democracia representativa — depois de um longo período de governos alheios à vontade popular. Este governo, entretanto, em sua prática política resvalou numa feição provinciana, fazendo do Poder Legislativo local uma instituição menor, impedida de desempenhar seu papel institucional de equilíbrio e de fiscalização do Executivo. Daí, naturalmente, passou a ser vitimado por diferentes mazelas que resultaram num enxame de denúncias de irregularidades. Com isso, numa posição defensiva, maculou o processo democrático e ergueu um muro de ferro entre governo e sociedade; política e cultura; políticos e costumes; lazer e arquitetura. O governo passou a governar de costas para a pólis, eleição com mercantilismo e toda forma de barganha de voto. Da legitimidade do voto passou à tática da inteligência da anticidadania, provocando a erupção de uma força eleitoral nas ruas que primou pela inteligência da cidadania, assegurando esta simbólica vitória de Cristovam.

Para entender este simbolismo é preciso remontar a trajetória histórica da relação entre governo e sociedade desta pólis brasiliense. Brasília experimentou dois modelos políticos de relação governo-sociedade e se encontra em via de experimentar o seu terceiro modelo. O primeiro, podemos denominar de período de formação (1961-1985); o segundo, período democrático-populista (1985-1994) e, o terceiro, em processo de gestação, de

período democrático-participativo (1995-1998 — "facta futura") pelas características que adiante passaremos a identificar.

No primeiro período, de fundação e consolidação da capital da República, coincide com os anos de política autoritária e burocrática-militar cujos governadores do DF eram indicados e, sem legitimidade, adotavam uma política administrativa alheia aos interesses e vontades da população. Brasília, de uma utopia de liberdade e capital da esperança, se transformou num arquétipo de uma cidade lógica e socialmente desumanizada.

Com o fim deste ciclo, começou o período do governo Joaquim Roriz (governador indicado de 1988-90 e governador eleito de 1991-1994). Ao contrário dos governos anteriores, adotou um estilo de administração que uniu uma visão de uma política social com o apego ao sigilo burocrático e uma relação clientelista com seus aliados. Brasília, que vinha contida em sua expressão de cidadania, começou a se abrir com o período democrático-populista de Roriz, ao enfrentar algumas das questões básicas para uma grande parcela da população pobre como foi o caso dos assentamentos, por exemplo. Não se tratava de um governo fraco e sem legitimidade. De um período burocrático-militar, passou-se para um período democrático-populista, em que prevaleceu a política da cooptação. O Legislativo e as lideranças comunitárias se transformaram em clientes políticos, vulneráveis a toda forma de domesticação política. Seja barganhando cargos públicos, administrações regionais, quer em forma de apoio eleitoral de troca de voto por botijões, lotes, camisetas e colchões. Tudo isso, aplicado a uma população sem escola, sem saúde, sem segurança e desempregada.

Com um governo eleito, mas alimentando as condições precárias de uma gente suplicante, sem condições de passar da noite ao dia por meio do progresso e da civilização cidadã. Este período começou a se esgotar, ainda mais, com a cumplicidade e a falta de transparência no Palácio do Buriti como o caso do governo Collor. Ilustra bem esta situação o impedimento legal, conseguida por Roriz, dos deputados distritais não terem acesso às contas do governo. Um período, pois, que fez do

interesse público um assunto de interesse privado, amparado pela tradição daninha do patrimonialismo.

O período desencadeado pelas eleições de 1994, garantindo a vitória de Cristovam Buarque para governador, será de continuidade aos governos democráticos, porém, de conteúdo político distinto do anterior. Agora, teremos a implementação de uma filosofia política que substitui a modernidade técnica, baseada na prioridade da visão técnica das elites, em detrimento das prioridades sociais da maioria da população, pela modernidade ética que coloca os valores éticos do homem como ponte que liga o governo com a sociedade. Isto que dizer, na fala de Cristovam, a revolução das prioridades. São as prioridades identificadas por um governo que definem o seu compromisso com a tecnocracia ou a utilização da tecnologia disponível para resolver as questões sociais da população. Noutros termos, "sem ferir a democracia, é tecnicamente possível e eticamente necessário assegurar a todos os habitantes do planeta as seis condições básicas da dignidade: alimentação, educação e saúde básicas, um endereço limpo (com saneamento, água potável e coleta de lixo), transporte urbano entre a casa e o trabalho, e um sistema judicial e de segurança igual para todos". (Buarque, C. Revolução das prioridades, 1994)

A partir deste novo período de governo, teremos a instalação de uma nova era para Brasília. Não porque apenas será, numa avaliação subjetiva, melhor ou pior que os períodos anteriores. Mas, por estar no centro da concepção deste período a genuína valorização da ética e a conseqüente transparência no trato do interesse público — o que lhe confere uma singular diferença ao submeter a opção técnica-burocrática aos objetivos sociais. E nesse sentido dar o passo fundamental de sair da organização corporativa (de padrões e empregados) para uma organização e priorização no atendimento dos anseios da sociedade, enquanto cidadãos membros da sociedade e, não, membros de corporações que agem em detrimento das camadas marginalizadas e dos interesses das grandes massas.

■ Carlos Michiles é cientista político e professor visitante de pós-graduação da FGV-DF e de graduação na Uneb